

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE PEDAGOGIA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO PROFESSOR NOTA 10

CINTHIA RODRIGUES CRISPIM
GLAUCIA HOTTUM RICARDO AMBRÓZIO
MARINA CUNHA C. DE O SANTANA
MARILENE RUAS VIEIRA
MARIZETE LUIZ PEREIRA

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NAS SÉRIES INICIAIS

Brasília, junho 2005

CINTHIA RODRIGUES CRISPIM
GLAUCIA HOTTUM RICARDO AMBRÓZIO
MARINA CUNHA C. DE O. SANTANA
MARILENE RUAS VIEIRA
MARIZETE LUIZ PEREIRA

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NAS SÉRIES INICIAIS

Projeto de TCC apresentado ao Curso de Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10, da Faculdade de Ciências da Educação - FACE – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte das exigências para conclusão da disciplina Monografia I.

Orientador: Renato Oliveira da Silva Júnior

Brasília, junho 2005

Gostaríamos de agradecer primeiramente a Deus por ter nos guiado durante todo o curso, agradecemos àqueles que contribuíram de maneira relevante na elaboração deste trabalho, aos nossos colegas de sala pelo companheirismo não deixando nunca de lembrar de nossa família, pois esta é a razão da nossa conquista.

“Se desejamos alcançar a paz real do mundo devemos começar pelas crianças, respeitando seus direitos. As crianças são a nossa esperança. Porque o mundo de amanhã lhe pertence e para que este amanhã seja melhor, é necessário que os professores os apoiem e lhes proporcione uma educação de qualidade”.

(autor desconhecido)

RESUMO

A educação tem como finalidade a construção da cidadania. Na escola sua ação e reflexão poderá contribuir com uma educação emancipadora, onde os cidadãos e cidadãs descubram a sua real capacidade de perceber o mundo em que vive. A presente pesquisa tem como foco de interesse a “Educação Para a Cidadania: A função social da escola nas séries iniciais”; o tema dá ênfase à problemática investigada. “Como os professores da rede pública de Brasília Distrito federal, em sua prática pedagógica levam seus alunos a serem cidadãos e cidadãs, críticos e transformadores”. Percebe-se que, de um modo geral, os professores não têm claros os conhecimentos voltados à questão da cidadania, como um fator determinante na conscientização dos educandos. É fundamental que a escola caminhe para uma educação democrática e conscientizadora. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi verificar se, através da prática pedagógica, os professores levam seus alunos a terem uma postura crítica participativa ao longo do processo ensino-aprendizagem. A escola deve ser um espaço democrático onde permita ao aluno manifestar seus conhecimentos e experiências de vida, seja através da interação oral ou escrita. O professor, nesta perspectiva, deverá ser capaz de assegurar continuamente as conquistas dos alunos promovendo a interação dentro e fora da escola, a fim de construir uma consciência democrática em seus educandos. Em última análise, este trabalho não tem a pretensão de ser uma obra pronta e acabada, nem tão pouco esgotar o assunto, mas sim, contribuir para que a escola seja o principal fórum das futuras gerações, e os professores, aqueles cuja função possa plantar valores éticos e morais de democracia e de cidadania plena.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. METODOLOGIA	08
3. EDUCAÇÃO E CIDADANIA.....	10
3.1.Educação.....	10
3.2.Cidadania.....	12
4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	14
5. A CIDADANIA NAS ESCOLAS E OS DESAFIOS DO EDUCADOR TRANSFORMADOR.....	24
5.1. A Escola cidadã	28
5.2. Função social da escola	31
6. ANÁLISE E DISURSSÃO DOS DADOS.....	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXO	45

1. INTRODUÇÃO

A escola inserida no contexto da sociedade brasileira é marcada pelas desigualdades decorrentes do sistema capitalista. Compreender as relações entre a escola e o contexto político, econômico e social é de fundamental importância para a construção de uma prática pedagógica voltada à cidadania, ou seja, uma prática que tenha base de sustentação a democratização do ensino, rumo a uma nova prática docente, que efetivamente transforme os diferentes níveis de intervenções e ações no dia-a-dia escolar.

Nesse processo de transformação, o professor, por sua vez, deve contribuir de maneira decisiva, partindo do princípio de que a escola é um dos principais instrumentos de formação para a prática da cidadania.

Portanto, faz-se necessário que educandos e educadores, conheçam e tenham consciência de seus direitos e deveres, e para que esta idéia tenha sustentação é fundamental que sejam transmitidos valores éticos e hábitos positivos aos educandos em todos os níveis escolares.

Tomando como base esta concepção de educação, a presente pesquisa tem como pressuposto básico: **“Educação Para a Cidadania: A função social da escola nas séries iniciais”**.

No momento de transformação constante em que se vive, é necessário ressaltar uma educação direcionada a mudanças de opiniões, onde haja um resgate de valores, os quais se perderam ao longo do tempo.

Sendo a escola um espaço no qual serve somente para reproduzir e repassar conteúdos buscou-se aprofundar conhecimentos sobre a cidadania, com a preocupação de encontrar caminhos que possa desenvolver no ambiente escolar uma educação de qualidade, onde o educando seja sujeito de sua própria história, e não mais um sujeito da reprodução do modelo de educação conteudista que se tem.

É necessário, enfim, que a escola e os educadores repensem e, fundamentalmente, busquem formas e práticas pedagógicas direcionadas à cidadania, a fim de educar, proporcionando um novo olhar diante desta proposta, no sentido de despertar o interesse em uma educação voltada para a cidadania, e assim mostrar o real direcionamento da educação formal, trazendo contribuições relevantes no desenvolvimento de um trabalho voltado à conscientização em torno dos direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs.

O objetivo desta pesquisa é verificar se, por meio da prática pedagógica, os professores direcionam seus alunos a terem uma postura crítica e participativa ao longo do processo ensino-aprendizagem.

A partir deste enfoque, é necessário destacar a problemática relevante que dará ênfase a esta pesquisa.

Para tanto, levantou-se o seguinte problema: como os professores da rede pública de Ensino de Brasília e cidades satélites, em sua prática pedagógica, levam seus alunos a serem cidadãos e cidadãs críticos e transformadores?

As questões que irão nortear este estudo partiram do pressuposto que o sujeito enquanto cidadão e cidadã são de fundamental importância. Enfatizando-se então: A prática pedagógica utilizada pelos professores pode levar os alunos a tornarem-se participativos e conscientes de seu papel transformador?

Como os professores utilizam a construção da ação coletiva, visando desenvolver consciência crítica?

Quais os valores que os professores ressaltam no cotidiano escolar visando à formação de pessoas éticas e seguras e capazes de conviver com os outros?

Ter clareza da função social da escola e do homem que se quer formar é fundamental para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, particularmente num país de contraste, como o Brasil, onde convivem grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais.

2. METODOLOGIA

Formar o cidadão não é tarefa apenas da escola, no entanto, como local privilegiado de trabalho com o conhecimento, a escola tem grande responsabilidade nessa formação: recebe crianças e jovens por um certo número de horas, todos os dias, durante anos de suas vidas, possibilitando-lhes construir saberes indispensáveis para sua inserção social.

Por conseguinte excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa.

Neste sentido esta pesquisa foi aprofundada a partir de referenciais teóricos de autores que tratam de temas como: o que é cidadania: movimentos sociais e a educação: propostas político-pedagógico na construção da cidadania: educação e lutas de classe e planejamento participativos na escola: críticas das bases liberais modernas do conceito de cidadão: concepções de educação e de cidadania adotadas pela escola: discussão sobre a dignidade no mundo atual, dentro da escola: importância da educação solidária: o papel da escola como instituição formadora de cidadãos.

Os diferentes autores utilizados forneceram subsídios para um questionário que fundamentou a pesquisa a qual teve por finalidade verificar se os professores e escola desenvolvem em sua prática pedagógica valores de cidadania.

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve uma abordagem do tipo bibliográfica, de caráter qualitativo e quantitativo, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, um questionário semi-estruturado e estruturado, para cinquenta professores de cinco estabelecimentos de ensino com o objetivo de mostrar que a perspectiva da educação democrática impõe questionamentos tais como: O que pretende a ação pedagógica que é desenvolvida na escola? Em que medida a escola está cumprindo seu papel de formar cidadãos? Para que serve a escola, ou seja, qual sua função social?

Este trabalho foi dividido em quatro partes.

A primeira faz uma reflexão sobre os conceitos de cidadania e educação;

A segunda analisa a Evolução Histórica na Construção da Cidadania ao longo do tempo, o processo educacional da humanidade desde a sociedade primitiva mostrando a realidade, e as modificações na estrutura política e social, bem como a importância que

este teve no desenvolvimento de uma educação voltada à cidadania. Mostra a cidadania à luz das conformações histórico-sociais, identificando os elementos que têm fundamentado os discursos educacionais acerca desta, pois através dela incorporam-se novas linguagens e padrões de racionalidade no indivíduo, correspondentes à pluralidade das práticas sociais.

A terceira enfoca a cidadania na escola e os desafios do educador transformador. Repensando também a construção do processo democrático, se a escola é vista como direito do cidadão e da cidadã, devendo ser uma incumbência do estado e da família. A escola, portanto, enquanto direito social, deverá garantir o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais do cidadão e da cidadã.

A quarta faz uma análise dos questionários aplicados nas escolas do Distrito Federal.

O processo educativo deve ter um compromisso com a mudança social. Esta perspectiva coloca-se em franca oposição política educacional e orientação pedagógica hoje vigentes em vários países da América Latina e do mundo, as quais ainda faz desse processo um instrumento de perpetuação das desigualdades educacionais. Educação e emancipação, como ensinou o grande mestre Paulo Freire, são faces de uma mesma moeda.

Para transformar o mundo - em um melhor lugar para homens e mulheres - é preciso uma educação cidadã responsável e comprometida com a transformação social. Na maioria das vezes, nossas escolas caminham na direção contrária. A escola deve atender as exigências do mundo atual, garantindo a equidade, a igualdade na diferença, a dignidade dos cidadãos.

A cidadania é um direito fundamental para que o ser humano possa tornar-se participativo e consciente na construção de sua própria história e também da sociedade

3. EDUCAÇÃO E CIDADANIA

3.1. Educação

A educação acompanha o homem durante toda a sua vida, pois sempre se aprende coisas novas e, portanto, se educa. Entretanto é na infância que o processo educativo se torna mais intenso, proporcionando ao indivíduo o instrumental físico, intelectual, emocional e social de que precisa para tornar-se um ser social, um ser humano. A educação ocorre em todos os ambientes em que a criança se encontra, desde que haja adultos ou pessoas mais velhas, cujos padrões comportamentais a criança é levada a assimilar.

Émile Durkheim assim define a educação:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (*apud* PILETTI, 1991, p. 35).

Para Émile Durkheim (1978, p. 41), a educação, em princípio, pode até ser estabelecida por cada indivíduo ou grupo a partir de suas aptidões, habilidades ou vocações. Porém, ela só alcançará seus objetivos – como fato social – se for realizada de acordo com os interesses que a sociedade define como condições necessárias a sua manutenção.

Émile Durkheim entendia que a “educação deve ser um instrumento de difusão de normas a serem partilhadas pela sociedade como um todo” (DURKHEIM, 1978, p. 41). Mostrando-se extremamente otimista em relação à educação, considerava apenas seus fatores positivos, acreditando na possibilidade do aprimoramento moral do homem, desconsiderando as contradições inerentes ao trabalho pedagógico.

Essa idéia orienta a concepção de educação como fator de equalização social que veicula o discurso do tratamento igual de indivíduos que, em suas condições sociais concretas, lidam com desigualdades geradas pela estrutura social.

Atualmente, comparando as sociedades, é possível perceber que os objetivos da educação são diferentes: entre as sociedades indígenas, pode-se dar valor à educação do corpo; na sociedade capitalista, predomina a orientação individualista, em que a competição é um processo básico; na sociedade socialista, parece prevalecer a orientação coletivista, com ênfase na solidariedade e na cooperação para objetivos comuns.

Entretanto, apesar de todas essas distinções, há um aspecto comum a todas as formas de educação. Todas pretendem levar á novas gerações as idéias, sentimentos e práticas que, segundo a sociedade, são capazes de fazer delas adultas.

No entendimento de Paulo Freire (1996, p. 37), “a educação não é apenas uma ação singular onde, em bancos escolares, educandos recebem verdades impostas pelo mestre, sem que haja respeito e diálogo aberto. Não deve ser um simples repasse de conteúdos e de saberes”.

Educação é o ato de pensar e ensinar; é o aprender a pensar certo, ato que necessita de respeito face ao educando e ao educador. A educação precisa de diálogo, de ação crítica e de reconhecimento por parte do educador acerca dos saberes trazidos pelos educandos.

Segundo Paulo Freire (1992, p. 52), a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político.

Assim, sendo, os educadores necessitam construir conhecimentos com seus alunos tendo como horizonte um projeto político de sociedade. Os professores são, portanto, profissionais da pedagogia da política, da pedagogia da esperança.

Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (id., p. 52).

As pessoas podem não ter conhecimento sobre todas as coisas, mas todas estão imersas na cultura e, quando o educador consegue fazer a ponte entre a cultura dos alunos, estabelece-se o diálogo para que novos conhecimentos sejam construídos.

Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos pode-se levá-los a tomar consciência da realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Os conteúdos, portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida.

Na verdade, é o próprio indivíduo que se educa (PILETTI, 1991, p. 84). Se cada um não organizar e reorganizar suas experiências, ninguém o fará por ele. A não ser que o indivíduo se transforme em mero autômato, a responder automaticamente aos estímulos externos, para os quais foi condicionado. Mas mesmo assim, deverá ter condições de perceber e interpretar tais estímulos, o que exige uma participação pessoal.

Aceitando, embora, que toda educação é uma auto-educação, não se pode esquecer que é a sociedade ou o grupo social dominante que proporciona os meios e determina os

objetivos e a orientação desse processo. “O indivíduo educa-se sempre para determinada situação, por meios que a sociedade lhe oferece” (*apud* PILETTI, 1991, p. 84).

Educação: Ato ou efeito de educar (-se); Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social (FERREIRA, 1986, p. 619).

A Lei de diretrizes e base, no Título I - Da Educação, Art. 1º, ao regulamentar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino, circunscreve a educação no espaço escolar conceituando-a como um processo social global, numa visão ampla e dinâmica, que inclui conceitos de prática social e do mundo do trabalho

3.2. Cidadania

O conceito de cidadania remonta à Antigüidade clássica na Grécia, onde eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições exigia-se que os cidadãos fossem aqueles homens totalmente livres, isto é, que não tivessem a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, que excluía homens ocupados (comerciantes, artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo.

A etimologia da palavra “cidadão” é: “aquele que vive na cidade”, mas, com o reconhecimento dos direitos civis e sua consagração em documentos, ainda no período medieval, a palavra passou a ser usada para designar a liberdade do homem, seus direitos e os privilégios que deve ter.

A cidadania contemporânea é, portanto resultado da regulamentação das relações entre os homens, que define até onde cada um é livre para agir sem prejudicar o outro. São estas liberdades limitadas que se chama de direitos, os quais hoje em dia são amparados por garantias legais incluídas na própria Constituição do Estado.

Cidadania, expressão em moda, e usada por todas as correntes de pensamento, deve ser conceituada levando-se em consideração o contexto social do qual se está falando, e com isto, a mesma adquire características próprias, que se diferenciam conforme o tempo, o lugar, e, sobretudo as condições sócio-econômicas existentes.

A essência da cidadania é o exercício dos direitos e deveres, de forma que se estenda a toda a população o direito de reivindicar os direitos e que sejam os agentes da existência desses direitos, ou seja, ter direito a vida no sentido pleno (CROVE, 1998, p. 15)

Enquanto num contexto desenvolvido, a cidadania é vista com ênfase nos direitos políticos, jamais pode ser pensada fora de uma totalidade que envolve as questões da autonomia, da democracia e do desenvolvimento, as quais, relacionando-se dialeticamente entre si, definem a cidadania.

Mencionar o tema cidadania é o mesmo que citar condições sociais e econômicas e diferenças culturais que predominam no país, então, torna-se cada vez mais necessário e importante que a escola supere esses obstáculos e não apenas intermedie conhecimento, mas trabalhe de forma que o aluno se perceba como um sujeito cidadão, que tem deveres, mas que também tem direitos, pois é o equilíbrio entre estes que irá direcionar o exercício da cidadania.

Cidadania: Qualidade ou estado de cidadão (FERREIRA, Aurélio B. de H. Ano 1986 Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2º edição. Nova Fronteira)

Cidadão: Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este (FERREIRA, Aurélio B. de H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2º edição. Nova Fronteira)

4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A educação é o eixo que norteia toda a sociedade, por isso, é preciso fazer um trabalho onde os homens desenvolvam hábitos, comportamentos, maneiras de agir e pensar, construindo a chamada cultura, pois é esta que diferencia os homens e as espécies em uma sociedade.

A educação como fenômeno social de superestrutura, defende que os fatos educacionais só podem ser convenientemente entendidos enquanto expostos conjuntamente com uma análise sócio-econômica das sociedades em que tem lugar (PONCE, 1986, p. 10).

Neste sentido, é importante perceber o processo histórico existente nas sociedades, relacionadas ao desenvolvimento educacional.

Na sociedade primitiva existiam costumes demonstrando a importância da coletividade, onde todos compartilhavam direitos e deveres, mesmo sendo uma comunidade precária em todos os aspectos esta se mostrava consciente da igualdade e da coletividade.

Naquela época começou a existir a divisão de trabalho, sendo que algumas tarefas nem todos poderiam executar. O homem desempenhava o papel de caçador, a mulher os afazeres domésticos.

[...] a direção da economia doméstica, entregue as mulheres, não era, como acontece entre nós, um assunto de natureza privada, e sem uma verdadeira função pública, socialmente tão necessária quanto à de fornecer alimentos, a cargo dos homens (PONCE, 1986, p. 18).

A educação na sociedade primitiva não era algo confiado a alguém, mas sim, encargo de todos; através da convivência iam adquirindo hábitos, costumes e crenças. Os mais velhos explicavam às crianças como estas deveriam se comportar em determinadas circunstâncias.

Ponce (1986, p. 19) diria que, nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio dela, [...], as crianças se educavam tomando parte das funções de coletividade.

Estas crianças não eram submetidas no momento de seu aprendizado a castigos corporais. Não existiam “escolas” para lhes ensinar e incutir idéias. Através da liberdade e do convívio é que estas se educavam, sendo que a criança moldava-se socialmente através de ambiente a qual estava inserida.

Segundo Ponce (1986, p. 19), a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em conjunto, da mesma forma que a linguagem moral.

O ideal pedagógico desta comunidade era “o dever ser”, e que sugeria, uma consciência social, desenvolvida pelos mais velho; porém, esta sociedade foi se transformando, e acabou por dividir-se em classes.

Esta divisão compunha executores e administradores, mas, não foi este fato que levou à divisão de classes, deu-se, devido ao aumento da produção, começando a existir as trocas entre as tribos, surgindo as técnicas onde mais tarde passou a chamar-se ciência, cultura, ideologia.

Sendo estas transformações tão importantes, é necessário compreender que:

[...] Na sociedade primitiva a colaboração entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue; na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os laços de sangue retrocederam, diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que impunha o poder do homem sobre o homem. [...] (PONCE, 1986, p. 25).

Com isto, os fins educacionais tomaram rumos diferentes, cada família passou a ter interesses distintos, e então, as crianças passaram a sofrer castigos e repressões.

Para Ponce (1986 p. 28) “A educação sistemática organizada e violenta, surge no momento em que a educação perde o seu primitivo caráter homogêneo e integral”.

Esta transição do homem primitivo para o homem antigo e com o surgimento da propriedade privada, surge como consequência necessária, uma religião com deuses, uma educação secreta e a separação de trabalhadores e sábios, onde os sacerdotes eram os manipuladores desta sociedade.

Na Grécia, portanto, surgem os primeiros homens da classe dominante, sendo a história da humanidade uma história de lutas entre opressores e oprimidos. Estas transformações na sociedade comunista primitiva e dividida em classes, leva a educação a ter um papel específico. Busca impor os ideais da classe dominante, para que se iniba qualquer movimento de protesto por parte dos oprimidos.

[...] O ideal pedagógico já não pode ser o mesmo para todos; [...], ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite essa desigualdade de educação como uma desigualdade imposta pela natureza das coisas, portanto, seria loucura rebelar-se.[...] (PONCE, 1986, p. 36).

Percebe-se então, de um lado, a concentração gradativa da propriedade em poucas mãos e, do outro, um empobrecimento cada vez mais acentuado das massas. Eram os homens da classe dominante, os donos da terra, proprietários de escravos e guerreiros.

Em Esparta, Licurgo depois de repartir em partes iguais a terra entre as 9.000 famílias que formavam a classe superior, distribui também os instrumentos de cultivo. Mesmo assim, continuou a desigualdade entre os cidadãos espartanos, acentuando-se com o decorrer do tempo, porque, de acordo com Ponce (1986, p. 39) “A sociedade espartana constituía uma espécie de transição entre a antiga comunidade primitiva e uma nova sociedade que não tardaria a implantar-se, em que inspirava a sociedade privada”.

A transição das terras era feita depois de doadas pelo Estado, de pai para filho, e como retribuição pelo usufruto das terras, estes prestavam serviços de guerreiros especialmente para o Estado. Os filhos que nasciam defeituosos eram mortos, para que seus interesses não fossem comprometidos.

A educação da classe dominante acabou por tornar-se uma organização social, um campo militar, a educação era voltada às virtudes guerreiras, sendo que as mulheres também faziam parte deste exército. Este modelo de educação voltava-se à brutalidade e à ordem.

Ressalta-se que,

[...] “ninguém ignora até que ponto se recorria à severidade e à crueldade para transformar os moços e as moças em rijos soldados, nem desconhece como se fomentava descaradamente as práticas de amor homossexual para estreitar os laços de companheirismo” [...] (PONCE, 1986, p. 41).

Neste âmbito, a instrução propriamente dita, quase não existia entre os espartanos, pois eram poucos os jovens nobres que sabiam ler e contar, os jovens estavam proibidos de se interessarem por qualquer assunto que pudesse distraí-los das atividades guerreiras. Sendo esse ideal pedagógico da classe dominante, muito diferente era o que impunha aos das classes inferiores, pois os nobres temiam a rebeldia da classe inferior, e assim, os nobres não permitiam que estes praticassem qualquer exercício ginástico.

Já em Atenas, a democracia fazia parte da educação, mesmo sendo um processo lento as atividades físicas não eram tão importantes quanto em Esparta.

É preciso que tenhamos a coragem necessária para afastar os mitos literários e para reconhecer o proprietário de escravos e o avaro calculador nesses pretensos semideuses que discursavam, sempre com palavras harmoniosas, debaixo de pórticos de mármore branco (PONCE, 1986, p. 43).

Atenas tendo maior produção de mercadorias do que Esparta, deixa de ter um caráter menos militar, mas as diferenças de fortuna passam a ser maior, pois os grandes proprietários se apropriavam das pequenas propriedades, surgindo alguns movimentos contra estes. Com a expansão do comércio, a agricultura começa a ser modificada,

Para o estado, o importante era a formação guerreira, as palestras, os ginásios tudo era preparado, para este modelo de educação, porém, as representações teatrais, conversas em banquetes, discussões na Ágora, reforçavam ao jovem a consciência da própria classe. No período da efebia um exame verificava até que ponto o jovem havia atingido a sua educação, tanto no manejo das armas quanto na compreensão dos deveres de cidadão.

Aristóteles *apud* Ponce, (1986, p. 47) dizia que: “a essência do homem residia na sua capacidade de ser cidadão, e como a cidadania era um privilégio das classes dominantes, eis o verdadeiro sentido da célebre expressão do famoso estadista: só é homem das classes dirigentes”.

Ocorreram algumas mudanças, onde os deuses guerreiros começaram a dar espaços aos deuses, equilibrados e serenos que saboreavam no Olimpo uma vida de perpétuo diálogos. A partir deste momento, a teoria e a prática logo chegou à filosofia, à arte e à literatura, com isto o nobre ateniense começa a perceber que seus filhos necessitavam de uma nova instrução, uma escola que ensinasse a ler e a escrever.

Por volta de 600 a.C., funda-se a escola elementar, onde a partir desta, incorporam-se à educação os filhos de senhoras nobres, mesmo assim continuavam a serem homens de armas, pois, “indo ao campo dos esportes ou à escola de música no período da tarde, os seus filhos passavam alternadamente das mãos do aristocrata às mãos do pai da tribo”. (PONCE, 1986, p. 49).

Deve-se ressaltar que os jovens quando atingiam 18 anos, tornavam-se efebos. Estes passavam a serem dirigidos pelo estado, e como a efebia era uma instituição de aperfeiçoamento militar e cívico, o Estado dedicava-se exclusivamente ao ensino superior de artes militares.

Nesta época era permitido a todas as crianças, filhos de homens livres, irem à escola, porém antes de tudo, eles deveriam aprender a nadar, em seguida, exercitar-se na agricultura, enquanto os ricos dedicavam-se a música e a filosofia. Já os filhos de artesãos, quando não continuavam analfabetos, aprendiam somente a ler, escrever e calcular. Os filhos dos nobres completavam toda a sua educação, composta de: escola elementar e palestra até os quatorze anos, ginásio até os dezesseis anos, e efebia, até os dezoito anos, cidadania dos 20 aos cinquenta anos e vida diagógica dos 50 anos até a morte.

Com o comércio marítimo desenvolve-se uma nova classe social, a dos *Metecos* (comerciantes), a qual era desprezada, e para este novo modelo de homem procedente da

classe dominada, sem a voz dominante, necessita-se de uma nova educação, sendo ministrada pelos sofistas, tendo um ideal de homem livre.

Aristóteles e Platão diziam que: “Uma sociedade fundada no trabalho escravo não podia assegurar cultura para todos” (PONCE, apud, 1986, p.59).

Entretanto, percebe-se que o ideal de educação vem ao longo da história, buscar caminhos que leve o homem a ser um cidadão de fato.

Já na educação Romana, como em toda comunidade não poderia ser diferente, também era sociedade de classe baseada na escravidão, porém, com a manifestação dos plebeus a história começou a mudar, pois no ano 287 a.C., tiveram sua igualdade política.

Nos primeiros tempos de república, ocorre à distância entre proprietário e o escravo diminuindo assim, a distância social, os filhos eram educados para o trabalho agrícola e não para atividades guerreiras como em Esparta.

As atividades agrícolas, a guerra e a política eram programas que os romanos nobres deveriam realizar. O jovem, aos vinte anos, estava pronto a participar da vida política. Enquanto a instrução era recebida de um escravo letrado, a quem seu pai confiava.

A educação era voltada ao dom da oratória, ou seja, do bem falar. Com a libertação de alguns escravos, que foram arruinados pelos latifundiários, passaram a se dedicar ao comércio e as indústrias livres.

No século VI a.C. com a necessidade de uma nova educação, surge os professores: *luginmagister* para o ensino primário, os gramáticos e os reitores. As primeiras escolas a surgir em Roma foram por volta de 449 a.C., instaladas no Fórum.

Os gramáticos levaram nas casas as educações enciclopédicas, necessárias para a política, buscando formar opinião pública.

Com isto, os professores acabaram por se igualar ao exército, sendo que se tornavam partes do regime e buscavam defender os interesses do Estado e, que caminhava com ele.

Na educação do homem feudal, o trabalho tornou-se desnecessário, pois o cultivo era feito somente para a manutenção de sua família. Os escravos passam a ser servo, do qual trabalham sem descanso.

A escola para os “Plebeus” voltava seu ensino as doutrinas cristãs. A fim de mantê-los dóceis e conformados, “herdeiros das escolas catequistas, dos primeiros tempos do Cristianismo, essas escolas não se incomodavam com a instrução, mas, sim com a pregação” (PONCE, 1986, p. 91).

Neste momento a preocupação da igreja, não era ter um homem esclarecido do seu papel na sociedade, mas, um ser submisso às leis impostas. Entretanto, com o decorrer dos tempos, começa a surgir às primeiras escolas externas que se destinavam a alguns nobres que pretendiam estudar, mas, que não pretendiam tomar hábito. Neste modelo de escola, as colunas mestras de escola eram a gramática, retórica e a dialética.

No séc. XI, com algumas transformações sociais surge então, um novo caminho para a educação. Esta deixa de ser somente ministrada nos mosteiros e passam a existir as escolas catedrais, o ensino passou assim, das mãos dos monges para o clero secular.

Neste contexto surgem às primeiras universidades, porém, estas, não passavam de reuniões livres, de homens que se dispunham em adquirir o conhecimento científico.

No momento de transição da idade média para a idade moderna, esta foi marcada pela ação intelectual política de pensadores renascentistas. Sucedidos pelos iluministas, onde, à idéia de um mundo centrado na razão humana, supera a visão medieval do mundo centrado em Deus.

Foi entre os séculos XVI e XVIII, que se deu a origem das quatro correntes pedagógicas: a que expressava o interesse da nobreza cortesã, aquela que serve a igreja feudal, aquela que representava a burguesia protestante, e a que traduzia as tímidas afirmações da burguesia não-religiosa.

A instrução elementar passava a ser o primeiro dever da caridade, e ainda que, não sobrasse muito lugar para o saber religioso, aconselhava-se que os pais enviassem seus filhos para a escola.

O protestantismo se preocupava com a educação “popular”, com o intuito de difundir as primeiras letras, que não eram seguir levados em conta pelas escolas monásticas católicas, e orientava o povo na direção da igreja reformada.

Segundo Lutero, “O tesouro melhor e mais valioso de uma cidade consiste em ter muitos cidadãos puros, inteligentes, honrados e bem educados, porque estes podem recolher, preservar e usar convenientemente tudo o que há de bom”. (*apud* PONCE, 1996, p. 120).

Nasce então movimento educacional chamado escolástica, que buscava desenvolver a mentalidade. Mesmo com tantos movimentos educativos desta época, nunca nem se pensou em educação popular.

No século XVIII, a revolução industrial, ocasionada pela expansão comercial, a descoberta de novas fontes de energia, crescimento das tecnologias, as atividades fabris, a

mecanização agrícola e o crescimento das cidades, promovem a necessidade de se instituir um ambiente intelectual mais adequado.

A educação deveria formar esse cidadão da época, ou seja, um cidadão adaptado a este novo modelo de sociedade, do qual substitui a religião pela razão.

Com o surgimento das universidades, a burguesia passou a ter vantagens da nobreza e do clero, dos quais até então estes não possuíam.

Com o passar do tempo, a burguesia rica freqüentava as universidades, do outro lado pobres invadiam as escolas primárias, estas, porém, deveriam ser custeadas e administradas pelas cidades. Neste modelo de escola, o ensino separava-se das necessidades da vida. Ao invés de ensinar o latim, ensinava-se o idioma nacional.

Esta não se preocupava com o ensino do *trivium* e do *quadrivium*, mas sim em dar noções de geografia, história e ciências naturais. O ensino mesmo sendo responsabilidade das cidades não era gratuito, e cada aluno pagava conforme suas necessidades, nas matérias ensinadas.

A educação, a partir da Revolução Industrial, esteve preocupada principalmente com a educação para o trabalho, sendo a mão de obra necessária para as indústrias que se expandiam e necessitavam de pessoas qualificadas para o trabalho.

Assim a educação e preparação para o trabalho, na sociedade capitalista, eram as principais preocupações da época. No século XIX, a Revolução Burguesa foi considerada uma revolução social, onde se derrubou a monarquia e instalou-se a base política para o capitalismo. Esta Revolução tinha como ideal a liberdade, Igualdade e Fraternidade, conseguindo o apoio das massas sociais.

Diderat (1713 – 1784) afirma que: “É bom que todos saibam ler. Escrever e contar, desde o primeiro ministro ao mais humilde dos camponeses” (*apud* PONCE, 1986, p. 133).

Diante disto percebe-se que a nobreza não tinha este mesmo desejo. Queriam sim, que a educação proferisse apenas os ideais da burguesia.

Em 1798, na França, dá-se um grande passo no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Representantes do povo francês decidem declarar os direitos e deveres de todos, com o intuito de que o povo conhecesse os seus direitos e pudessem reivindicar com consciência. Esta declaração foi de grande importância para o desenvolvimento da consciência mundial, que prevalece até os dias atuais, estando presentes nas Constituições das Sociedades Democráticas.

[...] Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art. 1º Os homens nascem livres e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art 2º a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência a opressão.

Art 3º O princípio de toda soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela emane expressamente.

Art 4º A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art 5º A lei não proíbe senão as ações à sociedade. Tudo o que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art 6º A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art 7º Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por estas prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art 8º A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art 9º Todo culpado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo rigor desnecessário à guarda de sua pessoa deverá ser reprimido pela lei.

Art 10º Ninguém devera ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art 11º A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais precisos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art 12º a garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, pois, instituída para fruição de todos, e não para a utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art 13º Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art 14º Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art 15º A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art 16º A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação não tem constituição.

Art 17º Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição justa e legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

(www.cdasp.org.br/pedagogico/proposta/propostapp.htm).

A partir dos direitos e deveres do homem instituídos pela Revolução Francesa, em meados do século XX, uma nova formulação de pesquisas educacionais, baseadas na contribuição das ciências, dá um enfoque voltado à democracia, pois neste momento histórico o ensino expandiu-se fazendo com que houvesse uma tomada de consciência, principalmente pelos mais jovens.

A ideologia sempre esteve presente nas culturas das sociedades. Porém esta difere de acordo com cada época, tendo como objetivo a manipulação e exploração das pessoas sem que elas percebessem ou percebam que estão sendo obrigadas a assumirem determinados papéis na sociedade.

Diante deste fato, como se pode falar em educação emancipatória se o nosso sistema busca propagar a competitividade, fazendo com que alguns tenham em demasia enquanto outros morrem de fome à beira das calçadas, em porta de igrejas e de baixo de viadutos? É necessário ter coragem e integridade ética de denunciar toda e qualquer tentativa de desumanização contra qualquer ser humano, pois o real desafio da educação deve ser o de propagar a paz e a humanização, para que haja, “Percepção do homem e da mulher, não como seres ‘programados’, mas para aprender” (FREIRE, 1996, p. 164).

Ensinando e intervindo, é que a prática educativa deve ter um exercício constante, da qual, promova a autonomia de educadores e educandos.

A proposta educacional deste novo século é norteada na autonomia e na construção da cidadania, onde se tenha clareza a respeito dos objetivos sócio-políticos, de visões de mundo e dos conceitos de educação.

O mais importante, porém, é que as pessoas podem tornar-se conscientes desse condicionamento, respeitando e sendo respeitado em suas diferenças, seja modificando sua visão de mundo, revendo preconceitos e adotando uma postura crítica em relação à sociedade.

Um dos caminhos que possibilita as pessoas à consciência de como se dá a sua implantação na sociedade é uma educação que realmente favoreça a construção do conhecimento ligando ao exercício da cidadania. A escola deve ser um local onde se ensine para a vida e pela vida.

Atualmente, à medida em que o tempo passa a globalização torna-se um fator determinante na sociedade, a educação traz consigo realidades que são ainda pouco compreendidas pelos educadores do novo milênio. Estes devem buscar uma prática que os encaminhe a um mundo mais humano e igualitário.

Portanto é importante refletir qual é o perfil do homem que a sociedade almeja.

Diante deste fato, caminhar para o modelo democrático de ensino é objetivo crucial, porém este não deve ficar só no papel, pois a educação é uma questão de cidadania.

5. A CIDADANIA NAS ESCOLAS E OS DESAFIOS DO EDUCADOR TRANSFORMADOR

A cidadania é um processo que se faz presente desde a Grécia, quando os burgueses, tiveram o direito de participar de assembléias, e votaram as leis, neste momento histórico, ser cidadão restringia-se apenas aos homens.

A definição de cidadania foi sofrendo alterações ao longo do tempo, seja pelas alterações dos modelos econômicos, políticos e sociais ou como conquistas, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e garantias a poucos preservados.

Atualmente surge um novo conceito de cidadania.

[...] O cidadão coletivo presente no movimento social, reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches (...) A cidadania coletiva se constrói cotidiano através do processo e identidade política-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1994, p. 16 e 17).

Partindo desta concepção, ser cidadão é ter condição de pensar e avaliar a sociedade e a comunidade a qual pertencem, buscando qualidade de vida para todos, em essência o direito de viver decentemente.

Cidadania é o direito de ter uma idéia e pode expressá-la. É poder votar quem quiser sem constrangimento. E processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido (DIMENSTAINS, 2002, p. 29).

Para se ter este modelo de sociedade igualitária e humanizadora faz-se necessário resgatar os valores dos quais se perderam ao longo de nossa história.

Atualmente quando se fala em cidadania, logo se pensa, “O direito ao voto”.

Mas será este o modelo de cidadania que irá nortear a construção de uma sociedade melhor?

Para exercer a cidadania de fato, deve-se ter consciência de que cada pessoa pensa diferente da outra e que há autonomia em suas decisões.

Para que isto se concretize faz-se necessário que se eduque as crianças para que sejam autônomas e humanas, capazes de estabelecerem relações sociais e terem atitudes emancipatórias e transformadoras. “Uma boa escola pública para todos é condição básica para o desenvolvimento da cidadania” (DIMENSTEIN, 2002, p. 17).

O papel da escola é de caminhar em busca de uma sociedade, onde não exista discriminação, uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde jovens sejam sujeitos da sua própria história.

Portanto, os:

[...] conteúdos cuja compreensão tão clara e tão lúcida quanto possível deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua construção (FREIRE, 1996, p. 24 e 25).

A escola, então, deveria refletir o modelo de uma sociedade democrática, porém sabe-se que o modelo escolar hoje é voltado a favor dos grupos mais abastados. Contudo, embora isso ocorra, algumas experiências mostra que a escola pública de qualidade, direito do cidadão, é possível.

No momento em que se vive, faz-se necessário à construção de uma nova escola, escola esta que acompanhe às mudanças da sociedade e leve o aluno a compreender a realidade da qual faz parte, contribuindo para sua formação.

Com este propósito deve se trabalhar o tema cidadania em sala de aula, visto que se necessita de uma sociedade mais humana, onde esta caminhe em direção a reconstrução do país, para que se possa encontrar neste, escolas onde não haja evasão escolar, repetência, e sim, escolas humanizadoras, justas, solidárias, onde todos entendam o sentido dos valores e todos pratiquem a cidadania.

Ser cidadão implica em participar e aproximar-se das condições básicas sociais e culturais, onde as relações não sejam de poder, mas sim igualitárias, oportunizando a todos, indiferentemente de credo, raça, cor e estabilidade financeira.

A educação, contudo, é um direito do cidadão, é evidente que o mais dramático problema da cidadania no Brasil, é que não há consciência da igualdade básica para todos.

Todavia a escola sozinha não poderá influenciar de tal forma com que todos se tornem cidadãos ativos, mas poderão prepará-los, instrumentalizá-los, proporcionando-lhes condições onde os alunos se firmem e construam sua cidadania, onde esses se tornem participantes da sociedade, sendo um membro atuante e determinante no processo de transformação social.

Portanto, os educadores devem buscar um modelo de gestão que permita e incentive a participação de todos, estabelecendo normas para o funcionamento da escola;

buscando alternativas que garantam um ensino de qualidade galgado numa proposta cidadã.

A escola precisa atingir um nível de dignidade, seriedade e competência, e assim, caminhar em busca do desenvolvimento da cidadania.

É na escola que se devem instruir os alunos para tornarem-se capazes de manejarem os instrumentos do saber e conquistarem a cidadania e de fato, são muitas as formas de se estimular os alunos para esta prática, basta o professor ter boa vontade.

A educação escolar não se restringe somente a ler e escrever, mas sim instrumentalizar a participação no desenvolvimento político-social da comunidade.

O professor deve servir de referência para o aluno, sendo ele participativo em sua comunidade, pois este tipo de contato produz uma qualidade formativa, claro que este professor deve ter clareza e consciência dos seus direitos e deveres.

A cidadania refere-se a atitudes do cotidiano, que demonstre a manifestação de consciência e de responsabilidade coletiva.

A escola cidadã abarca um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos, que demonstre uma percepção de comunidade diferenciada, desenvolvendo a aprendizagem, significativa, democrática e solidária, convidando educadores a garantir a proteção dos atos cotidianos.

No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação demonstra no seu artigo 2º que,

[...] A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996, p. 50).

Este artigo, no entanto, deixa claro que o estado, com seu projeto neoliberal, aos poucos não terá responsabilidade de manter a educação. Caberá a família e a sociedade esta responsabilidade.

Nesta perspectiva é necessário perceber criticamente os elementos negativos que estão inseridos na globalização neoliberal. Terá que se construir uma ordem social diferente, baseada na justiça social, no respeito e na participação.

A escola por sua vez terá que tomar uma posição política e adotar atitudes íntegras voltadas aos princípios éticos, tendo por objetivo fazer com que as crianças comecem a ter um juízo crítico da sociedade, à qual estão inseridos. Só assim, desenvolverá atitudes de solidariedade e de capacidade para conviver na sociedade.

Além da escola, o educador deve ter uma estrutura de instrutor na formação do pensamento democrático do educando, desempenhando a função de difundidor de idéias voltada a uma educação emancipatória, onde o aluno torne-se sujeito de sua própria história e não mais um fruto da classe dominante, porque,

[...] o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem, porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996, p. 96).

Entretanto, o importante é que os educadores compreendam claramente os princípios na formação do pensamento democrático do educando, devendo desempenhar um papel de educador cidadão e cidadã, e ter claro a função que exerce na sociedade.

O educador não deve ser mero reproduzidor de conhecimento, mas sim, ser um intelectual transformador. “O educador democrático não se deve negar ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p. 28).

Percebe-se, assim, a importância do educador, sendo que faz parte do seu trabalho docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.

O educador precisa buscar alternativa pedagógica para solucionar os problemas decorrentes das mudanças sociais, reorientando e verificando constantemente se os alunos estão conseguindo compreender os conteúdos da cultura elaborada, superando o senso comum, oportunizando condições para que os alunos se apropriem dos saberes básicos e necessários para o exercício pleno de sua cidadania. “O educador progressista precisa estar convencido como de suas conseqüências é o dever ser o seu trabalho uma especificidade humana” (FREIRE, 1996, p. 162)

Nota-se, então que os educadores precisam buscar formas de educar, que lhe permita e incentive a participação de todos, inclusive pais, se fazendo necessário que haja comprometimento de cada educador na reformulação de sua prática. Acredita-se que esta forma seja a construção de um Plano Político Pedagógico, em conformidade com a realidade, onde o que ali se registre realmente se pratique.

Uma educação cidadã emancipada é aquela que defende os processos sociais dos grupos subalternos, e respeita as diferenças culturais, e uma educação que desenvolve os sujeitos pedagógicos, levando-os a melhorar a sua capacidade no sentido de pensar de forma independente, dialogando, investigando, coletivamente planejando, se organizando e avaliando. Esta educação deve ser reinventada constantemente aos novos desafios.

5.1. A escola cidadã

A escola atualmente depara-se com uma série de desafios que, se forem devidamente enfrentados, podem colaborar decisivamente no rompimento das desigualdades, e caminhar em busca da transformação social.

Entretanto, para fundamentar este processo, faz-se necessário reformular as políticas educacionais, adequar a era da informática e manter aceso o interesse do aluno. Levar em conta também que saberes mais estimulantes entram na casa do aluno pela televisão, bem como muitos outros problemas, cabendo ao educador consciente considerá-los.

Dentre estas mudanças, deve-se definir metas de trabalho, direcionadas à conscientização do educando e da comunidade que o rodeia, pois a cidadania não é somente conhecer direitos e deveres, mas sim vivê-los. “Afim qual o objetivo da escola, se não formar cidadãos? Todos sabemos que a escola enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes anti-sociais, ajuda a transformar o educando num ser social”. (PINSKY, 1998, p. 96).

Porém, a democracia brasileira só se consolidará quando todas as pessoas se perceberem cidadãos e cidadãs, com direitos e deveres.

Os professores neste contexto devem transmitir valores específicos e atitudes, permitindo ao aluno o acesso ao patrimônio cultural e social da humanidade, sendo esta parte integrante da cidadania.

A garantia da escola para todos e com qualidade, é uma forma de zelar por uma sociedade em que não haja exclusão. Gerações mais educadas representam, entre outras coisas, a possibilidade de se ter esperança em futuras gerações adultas que saibam e que queiram lutar por uma sociedade não excludente.

A escola tem um papel fundamental na ampliação do conhecimento da cidadania. Os educadores devem fazer com que os alunos reflitam os atos sociais, analisem as dificuldades encontradas para que possam exercer as cidadanias de fato para que encontrem maneiras para ultrapassem as barreiras que os impedem a praticar a cidadania.

[...] a educação embora seja um direito conquistado enquanto cidadãos, não é suficiente para afirmar, que a educação cria a cidadania de quem quer que seja. Mas sem a educação é difícil construir cidadania. (...) a educação não é a chave para a transformação mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania (FREIRE, 1996, p. 25).

Esta visão expressada por Paulo Freire mostra que os educadores devem transformar o ambiente escolar num local acolhedor e estimulante, incentivar os alunos, dando oportunidade a todos, pois só assim eles poderão incutir idéias de cidadania, e respeito a todos seus semelhantes, mesmo quando tiverem pontos de vista diferenciado.

A escola para tornar-se cidadã deve assumir um papel transformador, onde realize a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Coerente com o discurso formador e libertador pode vir a ser uma comunidade de companheirismo e participação, vivenciando a democracia de fato. A escola deve percorrer caminhos que a levem a ser autônoma, unitária, alegre e compromissada com o projeto de vida de todos que ali convivem diariamente.

Sabe-se que são muitas as dificuldades que recaem nas atividades docentes, por exemplo, os baixos salários e as deficiências da formação profissional. É inquestionável que as transformações de ensino são inseparáveis das transformações sociais mais amplas. A formação teórica e prática do professorado, aliada a uma consciência política das tarefas sociais deve cumprir e contribuir para a elevação da qualidade do ensino e da formação cultural dos alunos, condição coadjuvante para a efetivação de lutas na direção democrática político, social e cidadã.

Com este desígnio teremos uma educação emancipatória, quando todos tiverem direcionado a educação, à participação efetiva em todos os projetos sociais, traçando prioridades e ações que irão corrigir os problemas encontrados na escola e garantindo um ensino de qualidade. Neste contexto,

[...] exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar contatos sociais é sua contrapartida. Talvez por não fazermos a nossa parte ou não termos a consciência de pertencermos a um coletivo é que somos tão condescendentes com irregularidades que acabam prejudicando a todos. E o fato de mantermos a maioria da população sem os direitos básicos da cidadania nos impede a construir a Nação-Cidadã que arrotamos (PINSKY, 1998, p. 35).

Garantir uma nação cidadã é estar garantindo uma educação de qualidade a todas as crianças e adolescentes, pois se os alunos tiverem pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, existe então a possibilidade de um futuro onde as gerações saibam o que almeja e assim milite por uma sociedade menos excludente e mais humana.

A escola pública deve implementar as políticas educacionais existentes e comprometer-se com a concretização de um futuro melhor, pois se entende que a escola é a instituição de maior expressão na sociedade. É um espaço onde o aluno interage e troca experiências, relacionando-se com pessoas de diversos níveis sociais e culturais.

Neste sentido o papel da escola é insubstituível, sendo que esta garante o acesso aos conhecimentos, principalmente aos alunos das camadas populares, uma vez que o domínio deste conhecimento é uma das condições de cidadania, assim as escolas cumpririam suas funções sociais, encaminhando seus alunos a criticidade e a reflexão.

Pensar em cidadania é se reportar ao compromisso que temos com reconstrução desta sociedade democrática que se tem atualmente, nos levando a participação social e política, a fim de compreender a realidade social e assim praticar a cidadania, sendo que esta busca propagar a democracia.

A democracia é o regime onde cada um deveria exercer o seu papel, tendo

[...] essa democracia é pensada basicamente como o confronto das diferenças e das divergências no exercício do poder que é direito de cada um como cidadão e como sujeito... só neste exercício se constrói a participação, que é um dos ingredientes da democracia, da construção do processo democrático (MADALENA FREIRE, 1992, p. 152).

Portanto, a democracia deve ser entendida como uma forma de organização da sociedade baseada em princípios éticos, de liberdade, de igualdade, diversidade e solidariedade. Logo democracia é um desejo, uma utopia que se amplia na medida em que vira realidade. Esta considera a criação e o fortalecimento de um sujeito político, coletivo, que engloba homens e mulheres em seu papel de construtores da sociedade. Esta força é cidadania, porém só existe liberdade quando se pode optar, e só existe opção quando se tem informação.

Mas como ter informação e consciência num país onde a maior parte da população é analfabeta? Desta forma é importante acreditar que a educação deve ser um dos pilares básicos da democracia. Quando mais a classe popular conhecer e ter consciência dos seus deveres e direitos políticos como cidadão, mais difícil será a vida dos demagogos.

Caberá à escola e o professor cidadão e cidadã, ser aquele que irá despertar a consciência da condição do exercício da cidadania, isto é, levar o indivíduo a entender o verdadeiro valor dos seus direitos políticos e civis.

A educação cidadã mesmo sendo voltada para os princípios da participação e liberdade, não resolve todos os problemas sociais, mas é aquela que argumenta o comprometimento com a mudança social.

“Afim, qual o objetivo da escola senão formar cidadãos? Todos sabemos que a escola enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes anti-sociais, ajuda a transformar o educando num ser social. Ao passar valores específicos de uma região ou de um país, passa também comportamentos e permite ao aluno acesso ao patrimônio cultural da humanidade. E os direitos e obrigações da cidadania são parte integrante desse patrimônio” (PINSKI, 2000, pág. 41)

Nessa luta, a concepção da escola cidadã, está voltada a construção e reconstrução permanente, reflexo da ação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, buscando superar as dicotomias existentes, apontando para a necessidade de sua democratização.

5.2. A função social da escola

A educação é um fenômeno histórico-social que perdura durante toda existência do ser humano e se concretiza mediante as relações estabelecidas entre as pessoas e entre elas e as demais manifestações do mundo natural, físico, social, tecnológico e espiritual no decorrer dos tempos (CURRICULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL, 2000, p. 9)

A humanidade, em sua constante busca de conhecimento para satisfazer suas necessidades básicas e manter-se sobre a face da terra, acumulou conhecimento que se transmitem e se ampliam constantemente. E a escola surge, nesse contexto, como instância do saber e de formação humana. Sua existência tem sido registrada pelos antropólogos em todas as sociedades, quer como repasse de experiência dos mais velhos aos mais jovens, quer como ação intencional e institucionalizada.

À escola cabe ensinar, isto é, garantir a aprendizagem de certas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade. Nesse sentido, como ela pode contribuir no processo de inserção social das novas gerações?

Oferecendo instrumentos de compreensão da realidade local e, também favorecendo a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas. A vida escolar possibilita exercer diferentes papéis, em grupos variados, facilitando a integração dos jovens no contexto maior.

Nessa perspectiva, as crianças não podem ser tratadas apenas como “cidadãos em formação”. Elas já fazem parte do corpo social e, por isso, devem ser estimuladas a exercitar sua condição de cidadania, desenvolvendo expectativas e projetos em relação ao conjunto da sociedade.

É preciso que a escola traga para dentro de seus espaços o mundo real, do qual essas crianças e seus professores fazem parte. Ela não pode fazer de conta que o mundo é harmonioso, que não existem a devastação do meio ambiente, as guerras, a fome, a violência, porque tudo isso está presente e traz consequências para o momento em que

vivemos e para os momentos futuros. Compreender e assumir o tempo presente, com seus problemas e necessidades, é uma forma de gerar alternativas humanizadoras para o mundo.

Para cumprir sua função social, a escola precisa considerar as práticas da sociedade, sejam elas de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral. Tem que considerar também as relações diretas ou indiretas dessas práticas com os problemas específicos da comunidade local a que presta serviço.

Por isso, é fundamental conhecer as expectativas dessa comunidade, suas necessidades, formas de sobrevivência, valores, costumes e manifestações culturais e artísticas. É através desse conhecimento que a escola pode atender a comunidade e auxiliá-la a ampliar seu instrumental de compreensão e transformação do mundo.

A escola pode ser concebida como um pólo cultural, onde o conhecimento já sistematizado pela humanidade é socializado e trabalhado de forma não fragmentada, vinculado à realidade, proporcionando a ampliação das possibilidades culturais dos alunos e da comunidade, através do debate das principais questões locais e nacionais.

È preciso fixar raízes, ou seja, promover a identidade cultural do aluno, inserindo-o no mundo em que vive, e também criar asas para que ele possa voar e, assim, ver e pensar a realidade como um todo, com um certo distanciamento, de forma autônoma, única possibilidade de transformá-la.

Para que serve a escola, ou seja, qual a sua função social? O que a sociedade espera da escola? Essas questões precisam ser debatidas no interior das escolas, pois elas fundamentam a necessidade de se formarem cidadãos que participem ativamente da vida econômica e social do país, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira numa sociedade mais justa, com melhores condições de vida para todos.

Isto requer conhecimento e habilidades cognitivas que possibilitem às pessoas situar-se no mundo de hoje, ler e interpretar a grande quantidade de informações existente, conhecer e compreender tecnologias disponíveis, bem como continuar seu processo de aprendizagem de forma autônoma.

Ainda hoje há muitos jovens que não têm acesso à escola, e uma grande parte dos que conseguem entrar são excluídos, depois de sucessivas repetências.

A escola é responsável por esses dados; ao manter esses mecanismos de seletividade e, também, ao passar uma visão de mundo ingênua e permeada de preconceitos, a escola revela sua face cruel, confirmando a desigualdade social. Nesse caso, não se compromete realmente com aprendizagem de todos os alunos e não realiza sua

função social. È preciso, e possível, reverter essa situação, mas a escola não pode fazer tudo sozinha.

A superação dos problemas de nosso país não é tarefa de uma única instituição social, mas da Nação como um todo, através da definição de um projeto político, econômico e social que vise a melhoria das condições de vida da população e seu acesso aos bens socialmente produzidos, incluindo o conhecimento elaborado

A escola não existe isoladamente, mas faz parte de um sistema público que tem a responsabilidade de lhe dar sustentação para que possa cumprir sua função. Dar sustentação à ação, não que dizer tutelar a ação. A escola só pode cumprir seu papel se tiver autonomia. Isto é, se os que nela atuam e os que dela se beneficiam puderem definir e construir seu próprio caminho pedagógico, condição fundamental para que se sintam comprometidos com ele.

È fundamental que o poder público estabeleça uma política educacional clara, com objetivos bem definidos, que garanta atendimento escolar de boa qualidade a toda a população e, ao mesmo tempo, respeite as diversidades sócio-culturais. È preciso investir continuamente nessa política, garantindo infra-estrutura de funcionamentos às escolas, condição digna de trabalho e salário para os educadores e programas de capacitação constantes. Além disso, devem ser abertos canais de participação das escolas e da população na definição ou na reorientação dessa política.

Assim, é responsabilidade de todos os segmentos sociais, adeptos de uma sociedade democrática, exigir o cumprimento, pelo Estado, dos dispositivos legais referentes à educação. E é papel das comunidades locais participar nas decisões relativas aos rumos, diretrizes e organização de suas escolas, como forma de garantir uma educação de qualidade que possa ter continuidade, mesmo com as mudanças que ocorrem no quadro político.

A falta de clareza sobre os pontos de partida e de chegada da ação educativa pode gerar dispersão de esforços e ações desarticuladas da equipe escolar.

Por razões históricas, os educadores não se vêem como sujeitos do seu trabalho, capazes de interferir nos rumos da educação que produzem. Afinal, alguém sempre decidiu por eles, cabendo-lhes apenas a execução das decisões.

No interior das escolas, raramente se discute sua função social e o papel dos professores enquanto grupos e enquanto pessoas condutoras do processo pedagógico.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As tabelas e gráficos, apresentados a seguir, exprimem o resultado dos questionários aplicados junto aos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, mais especificamente nas escolas Jardim de infância 302 Norte , Escola Classe 63 de Ceilândia, Caic de Santa Maria, Escola Classe 11 de Ceilândia e Jardim de Infância de Sobradinho.

A aplicação do questionário teve por objetivo verificar qual o entendimento que os professores da rede de ensino do Distrito Federal têm sobre a educação democrática e cidadã. No total foram aplicados 50 questionários, em 5 escolas durante o período de 30 dias. Nesse sentido, visando verificar se, através da prática pedagógica, os professores levam seus alunos a terem uma postura crítica e participativa ao longo do processo ensino – aprendizagem, foi elaborada para cada pergunta do questionário uma tabela de comparativa entre as diversas respostas.

TABELA 1 - CONCEITO DE CIDADANIA

O conceito de cidadania representa:	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Liberdade	9	18
Interagir, participar e contribuir com suas idéias na transformação da sociedade.	15	30
Pessoas que cumprem seus direitos e deveres	15	30
Vivem bem consigo e com os outros	11	22
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

Conforme a análise feita, observa-se que 18% dos professores têm como conceito de cidadão e cidadã a liberdade, 30% compreendem que ser Cidadão e Cidadã é participar da vida comunitária a fim de transformá-la. Os outros 30% dos professores entendem que Cidadão e Cidadã é a pessoa que cumpre com seus direitos e deveres; e os outros 22% dos pesquisados, acreditam que ter liberdade é estar bem consigo e com os outros.

Diante desta análise subentende-se que os professores atualmente estão conscientes do papel fundamental que estes desempenham nas salas de aula, pois servem de apoio na

construção de uma prática, onde os conteúdos propostos priorizem as reais necessidades e possibilidades da instituição escolar.

Conforme GIRAUX (1988, p. 17) “é no encontro da prática com o conhecimento teórico, que o educador é capaz de aprender os significados, explicando o real, oferecendo ao aluno condições e instrumentos para que o mesmo possa intervir na realidade social, e assim tornar-se um Cidadão e Cidadã de fato”.

TABELA 2 - VALORES DE CIDADANIA PRATICADOS NA ESCOLA

Valores de cidadania praticados:	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Profissionalismo, união, responsabilidade, verdade e respeito	10	20
Sinceridade, valorização do ser	18	36
Morais, sociais, sentimentais	7	14
Melhorias na educação, saúde, segurança e lazer	7	14
Justiça nos direitos e deveres e a verdade	8	16
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

A Tabela 2 mostra os valores de cidadania praticados nas escolas. Consta-se que 20% dos educadores atribuem à cidadania valores, como: profissionalismo, união, responsabilidade, verdade e respeito. Nesse sentido, 36% dos entrevistados afirmam que a sinceridade e a valorização do ser representam os principais valores a serem praticados, ou que de fato são praticados nas escolas; 14% tornam presentes os valores morais, sociais e sentimentais. Por outro lado, 14% argumentam que todos os bons valores são fundamentais, e que a justiça nos direitos e deveres e a verdade, são fundamentais (16%).

Portanto, percebe-se que todos os professores entrevistados, de alguma forma, buscam em sua prática escolar cotidiana tornar presentes valores, os quais, em última instância são cultivados pelos próprios professores.

Conclui-se, assim, que é necessária a prática do resgate dos valores morais, sociais etc. Uma vez estes presentes em sala de aula, então abre-se um dos caminhos para uma educação de qualidade e transformadora.

GOHN (1994, P. 16) afirma que é através desta coletividade de valores que é possível construir uma sociedade melhor e mais humana.

TABELA 3 - CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA.

Contribuições da Escola	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Com bom relacionamento, ligando a sociedade ao processo educativo, sendo que não adianta discurso sem prática.	20	40
Cumprindo com sua função social, seus direitos e deveres	15	30
Construção de uma consciência política.	5	10
Através de valores como: amor, união , respeito a vida e as diferenças.	10	20%
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

TABELA 4 - COMO É PRATICADA A CIDADANIA NA ESCOLA.

Prática da Cidadania na Escola	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Quando a escola está comprometida, buscando educar o aluno para a vida social	25	50
Falta compromisso e responsabilidade política	10	20
Através de projetos, palestras, vídeos, reportagens, debates etc.	5	10
Desenvolvendo o senso crítico dos alunos.	10	20
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

A tabela 3 faz uma análise da forma que a escola está contribuindo para educar seus alunos para a cidadania e demonstra que, 40% dos professores acreditam que há um bom relacionamento, ligando a sociedade ao processo educativo, é que se poderá mudar a prática educacional existente; 30% diz que a escola deve cumprir com sua função social; 10% afirmam que é construindo no aluno uma consciência política; e 20% afirmam que é trabalhando os valores que a escola irá contribuir educando para cidadania.

Percebe-se que os educadores estão bastantes engajados no processo de conscientização. É importante nesse momento de mudanças, pelo qual se está passando, que os educadores tenham consciência de que para mudar a qualidade da educação, é necessário antes de tudo, que continue lutando em prol da formação de educadores.

Em conformidade com os resultados obtidos na tabela 4 que procura entender como é praticada a cidadania na escola, observou-se que 50% dos professores afirmam que este trabalho é feito através de trabalhos desenvolvidos por toda a escola com intuito de educar o aluno para a vida social; 20% acreditam que esta prática não é desenvolvida porque falta compromisso e responsabilidade política por parte dos governantes; outros 10%, dizem que está prática é desenvolvida na utilização de aulas dinâmicas; e 20% afirma que esta prática da cidadania na escola é feita desenvolvendo no aluno o senso crítico.

Com isto, percebe-se que a educação voltada à cidadania deve mais do que nunca, estar presente nas salas de aula, para assim poder mudar a situação social que se tem. A prática pedagógica escolar deve estar conectada à cidadania, porque este deve ser o padrão moral que se emprega nas relações escolares, e assim pautar-se na busca da constituição, da cidadania plena e universal, ou seja, para todos, pois a saúde institucional da escola e da sociedade depende da capacidade de transmitir boas mensagens de cidadania.

TABELA 5 - ATITUDES PRATICADAS PELO PROFESSOR EM SALA DE AULA.

Atitudes praticadas pelo professor em sala de aula	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Garantir acesso a conhecimentos, levando o aluno a interagir com pessoas de culturas diferentes, e sendo um atuante na comunidade.	50	100
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

As respostas dos questionários demonstram 100% dos professores têm como referência garantir o acesso aos conhecimentos, levando o aluno a interagir com pessoas de culturas diferentes, sendo um atuante na comunidade.

Diante desta análise, os professores demonstram que seu propósito educacional é levar os alunos a terem uma postura de transformadores conscientes, percebendo também a importância de sua participação na comunidade na qual estão inseridos, pois percebem que só é possível ter um país democrático quando as crianças se percebem como cidadãos.

Destaca-se então, a consciência de que as práticas educacionais são sociais e políticas. A relação educacional é uma relação política porque todos estão envolvidos na busca do saber, tendo como objetivo a ética, ou seja, a formação para a cidadania. Com isto, a cidadania deve tornar-se o eixo norteador da educação escolar, o referencial dos

acontecimentos das práticas e valores que desenvolva e oriente o exercício pleno da participação social.

TABELA 6 - FORMAS DE ESTIMULAR A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Formas de Estímulos	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Conhecer direitos e deveres e participar da comunidade discutindo temas como valores, ética, etc	47	94
Ignoram a resposta	3	6
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

A tabela 6 busca ressaltar as maneiras de estimular a educação para a cidadania, configura-se que 94% dizem fazer com que os alunos conheçam os seus direitos e deveres, participem da comunidade, discutindo temas como valores éticos entre outros; 06% ignoram, por não terem conhecimento sobre o assunto da cidadania e sua importância.

Só será possível mudar as atitudes quando todos estiverem envolvidos, pais, professores, alunos e comunidade, visto que cidadania é participação, é ter direitos e obrigações. Esta deve ser aprendida na escola e um dos principais responsáveis por esta transformação é o professor.

TABELA 7 - DESENVOLVIMENTO CRÍTICO DO ALUNO

Prática pedagógica	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Debatendo assunto de interesse coletivo	15	30
Não adianta falar, devem-se proporcionar momentos.	12	24
Através de um filme, de um noticiário de jornal, revista, debates etc.	15	30
Formação de hábitos e atitudes	8	16
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

Conforme a tabela acima, observou-se que 30% dos professores acreditam que é através de debates e assuntos coletivos que a prática pedagógica será norteadas no

desenvolvimento crítico do aluno; 24% acreditam ser, quando se proporciona momento específico.

Os outros 30%, dizem que é dando oportunidades e proporcionando aulas mais dinâmicas e criativas, e 16% responderam que é através da formação de hábitos e atitudes.

Com isto percebeu-se que a função escolar é insubstituível, e é de ordem política, pois a participação é condição de cidadania. E assim, a educação é processo no qual serve de instrumento na formação do educando.

A formação docente não pode afastar-se do exercício da criticidade, que implica na promoção da curiosidade ingênua, e da compreensão como possibilidade e não como determinismo. A importância do papel do educador está na sua capacidade de comparar, de analisar, de avaliar, de decidir e de romper.

É através da ética e da política que ocorre a prática educativa, como um exercício constante da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

Segundo VIANNA (1994, p. 32), o trabalho escolar participativo procura formar integralmente o aluno, através da ação conjunta de todos os elementos envolvidos no processo escolar, família, comunidade, educando-o para a responsabilidade, a crítica, a mudança, o conflito, a criatividade e todos os demais aspectos que caracterizam a ação do homem no mundo moderno, de novas e revolucionárias exigências.

TABELA 8 - CONSTRUÇÃO COLETIVA DE REGRAS.

Construção de regras	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Estimular a socialização	8	16
Conseqüências do não cumprimento das mesmas	3	6
Levar a perceber e respeitar o outro	32	64
Reflexão sobre liberdade	2	4
Consciente de seus direitos e deveres	5	10
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

Conforme a tabela, observou-se que 16% dos professores entrevistados utilizam a construção coletiva dos valores com o objetivo de estimular a socialização dos alunos; 06% dizem que o não cumprimento de normas mostra as conseqüências das mesmas; 64% dos entrevistados, afirmaram que é levar os alunos a perceberem e respeitarem os outros;

04% acreditam que esta construção coletiva de regras repassa ao aluno o conceito de liberdade; e 10% entende que esta prática deixa o aluno mais consciente de seus direitos e deveres.

Com isto, o professor deve fazer com que os alunos tenham consciência de que há pessoas diferentes, mesmo pertencendo a um coletivo. O educador tem o papel fundamental no sentido de ampliar o debate sobre a questão da cidadania e os limites impostos a sua prática. Uma boa maneira de fazer seria a construção coletiva dos valores, a fim de que, os educandos percebam-se como Cidadãos e Cidadãs, com direitos e deveres.

Conforme PINSKI (1998 p. 16): a realidade conhecida mostra que as pessoas devem ter a consciência de pertencer a um coletivo, e que os professores são tão condescendentes com irregularidades que acabam prejudicando a todos.

TABELA 9 - O PROFESSOR INCENTIVA SEU ALUNO EM SALA DE AULA

Incentivo dos alunos	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Valorizando o conhecimento trazido pelo aluno	23	46
Procurando debater abrindo espaço para os alunos	12	24
Fazendo a leitura e jornais, fatos que ocorrem em suas vidas.	15	30
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

Os resultados obtidos, demonstram que 46% dos professores utilizam em debates, fatos ocorridos na sociedade, pois, desta forma, estarão valorizando o conhecimento trazido pelos alunos. Outros 24% dizem abrir espaço para que os alunos debatam, e assim, se conscientizem dos problemas sociais; finalmente 30% afirmam que é fazendo a leitura de revistas e jornais.

Entretanto, deve-se sempre levar em conta o conhecimento do aluno, aproveitando estas oportunidades para se fazer um trabalho de conscientização.

É importante criar um ambiente estimulante e acolhedor, para que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, sejam elas raciais, culturais, religiosas, físicas. O professor precisa aproveitar todas as ocasiões para evidenciar de modo positivo.

A educação então, não pode e não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética, ou seja, da construção de atitudes coerentes com cada modo de pensar.

TABELA 10 - PROCESSO DE INTEGRAÇÃO COMUNIDADE X ESCOLA

Comunidade X Escola	Nº de Professores por opção	(%) do Total
Através dos projetos	13	26
Através de festas e reuniões	11	22
Não desenvolve nenhuma ação no sentido de integrar a comunidade e a escola.	12	24
O p.p.p. não foi elaborado em 2005.	10	20
Não respondeu	4	8
Total	50	100

Fonte: Questionário aplicado nesta pesquisa junto aos Professores da Rede Pública de Brasília-DF

Fazendo a leitura da tabela 10, a qual busca-se subsídios, para se analisar se existe integração da comunidade com a escola demonstrado no Projeto Político Pedagógico, percebe-se que 26% trabalham esse processo de integração através de projetos; 22% fazem essa integração através de festas e reuniões; 24% das escolas não desenvolve nenhuma ação no sentido de integrar a comunidade aos seus trabalhos; 20% afirmam que a escola não elaborou o projeto ou que não tem conhecimento sobre este; 08% não responderam;

Conforme a análise feita, percebe-se que poucas escolas se interessam em colocar a comunidade atuante na formação dos seus alunos, mesmo sabendo da importância deste.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem por função analisar e contribuir no desenvolvimento da criança e na sua formação para a cidadania. A educação é a essência enquanto direito na vida do ser humano.

As discussões acerca de uma educação direcionada à cidadania, ao trabalho ou conscientização vem ressaltando a importância de ser um cidadão e uma cidadã, não por ter que cumprir seus deveres e respeitar leis, mas de saber usufruir os direitos que foram sendo conquistados desde o começo da humanidade.

Portanto, as questões que nortearam esta pesquisa comprovam a problemática pesquisada.

Uma educação cidadã tem como tarefa estimular a participação nos processos democráticos, para isso, os movimentos sociais, os partidos políticos e o estado são particularmente relevantes.

A participação é um direito de todos e a construção da cidadania só será competente se for voltada a uma ação coletiva.

Neste sentido, os valores éticos presentes no cotidiano escolar, são cultivados pelos professores dentre os mais diversos. Ao compreenderem estes princípios fundamentais, estarão conscientizando os alunos sobre os seus direitos para que tenham uma vida de qualidade, podendo desfrutar de uma sociedade mais justa, onde todos tenham realmente as mesmas oportunidades.

Neste parâmetro a escola pode tornar-se um centro de prazer, cultura, ciência, baseada na ética e na justiça, no sentido de visualizar um amanhã melhor, pois, é na utopia que se move à prática do cotidiano escolar voltada a construção da cidadania.

As formas desenvolvidas na sala de aula, voltadas á educação da cidadania são os que mais preocupam os professores na sua grande maioria. No entanto, procuram trabalhar temas ligados ao assunto, pois é a partir do conhecimento mais global e verdadeiro que se estabelece um acordo entre as diversas vontades, no sentido de respeitar e se compreender as necessidades maiores na relação entre a educação e a sociedade.

Esta pesquisa comprova também, que os professores, de certa forma, preocupam-se com o perfil traçado pelo Plano Político Pedagógico da escola, enfatizando que a criatividade, a autonomia, a liberdade, a responsabilidade e a justiça são valores éticos que devem ser considerados na formação do aluno.

Para que isto ocorra, é necessário que se faça de fato um resgate de valores e uma conscientização em torno da cidadania.

Educar para a cidadania é um ato de responsabilidade, e a escola, neste contexto, deve promover discussões para que a prática pedagógica possa estar coesa, no sentido de aprofundar esta questão.

Ao analisar as atitudes utilizadas por professores, enquanto referência para seus alunos, percebe-se que o professor deve ser um agente atuante nesta luta, pois convive com seus alunos bem mais que seus pais.

A prática pedagógica exercida pelos professores no desenvolvimento crítico do aluno, segundo a pesquisa, aponta para uma educação voltada à aulas mais dinâmicas, execução de ações, conhecimento dos direitos e deveres e a participação da comunidade, então, cabe aos educadores este papel de ser um professor transformador de opiniões.

A escola deve ser um espaço onde o aluno seja respeitado e amado, só assim a cidadania será exercida.

Ao concluir esta pesquisa, percebe-se também que os professores, na sua grande maioria, valorizam a cultura e o conhecimento trazidos pelo aluno, sendo assim, procuram valorizá-los enquanto Cidadãos e Cidadãs.

Diante destas reflexões, a educação emancipatória, mesmo não solucionando todos os problemas, deve estar comprometida com as mudanças sociais. Para isso é necessário contribuir na consolidação de novas experiências, promovendo a aquisição de saberes, com objetivos que estimulem processos de deliberação e tomada de decisão.

O enriquecimento deste tema, que não se esgota aqui, tem por objetivo contribuir para que as escolas, juntamente com os professores, aprofundem conhecimentos que possam transformar a educação.

Recomenda-se que os responsáveis pela elaboração do currículo se empenhem para incluir discussões sobre conceito como: raça, etnias, nação, racismo, preconceito, estereótipos, etnocentrismo e democratização, que numa ação eficaz, igualitária e contínua leva à formação de cidadãos.

A escola é um lugar privilegiado para tratar estas questões presentes nas relações cotidianas, cabendo assim aos educadores o papel fundamental de ampliar o debate sobre a questão da cidadania e os limites impostos à sua prática, pois é a escola que enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes anti-sociais, ajuda a transformar o educando num ser social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COVRE, M. de L. Manzini. O que é cidadania. 6º edição - São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DIMENSTEIN, Gilberto O cidadão de papel. São Paulo – SP, 2002.
- DURKHEIM, Èmile. *Educação e Sociologia*. 11ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- Educação. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 619.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, Madalena. GROSSI Esther Pillar, org. Paixão de Aprender –Petrópolis – RJ: Vozes, 1992.
- FREIRE, Paulo .Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 11º edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. Movimento sociais e educação. São Paulo, SP: Saraiva, 1978.
- Informação de Internet (www)] GOOGLE Cidadania <<http://www.encyclopedia.com.br/MED2000/pedia98a/soci24jd.htm> . Acesso em Abril . 10/04/2005.
- _____. Proposta político pedagógica construção da cidadania. <<http://www.cdisp.org.br/pedagogico/proposta/propostapp.htm>> Acesso em maio. 01/09/2001.
- Leis. Nova LDB, da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial – Brasília, nº 248.
- MANACORDA Mário Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias – 3ª edição. São Paulo – Cortez Autores Associados, 1992.
- PILETTI, Nelson. Sociologia da educação. São Paulo, Àtica, 1991.
- PINSKY, Jaime Cidadania e Educação, 2ª edição. São Paulo: São Paulo, 1988.
- _____. Cidadania e Educação, 4ª edição. São Paulo: São Paulo, 2000.
- PONCE, Aníbal Educação e luta de classes; 7ª edição, São Paulo: Cortez, Autores associados, 1986.

ANEXO I

**QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA
DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Caro professor:

As transformações sociais, políticas e econômicas vêm ocorrendo de forma acelerada. Por isso, é necessário formar cidadãos que possam conviver com a complexidade do mundo moderno. Cabe a escola preparar o aluno para a vida através de um trabalho de valorização, respeito e inclusão.

Desta forma, para que a escola exerça seu papel social de garantir condições de viver plenamente a cidadania, é necessário conscientizar-se de sua responsabilidade em garantir a formação de um cidadão, crítico, participativo e consciente de seus direitos e deveres.

Frente à importância do tema, solicito a sua colaboração no sentido de responder ao questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

1- Qual o conceito que você tem de “Ser cidadão”?

.....

.....

.....

.....

.....

2- Na sua opinião, que ou quais os valores de cidadania que você pratica em seu cotidiano? E pôr que?

.....

.....

.....

3- Do seu ponto de vista, como a escola pode contribuir e educar para cidadania?

.....

.....

.....

.....

.....

4- Na sua opinião, educar para a cidadania é um ato de responsabilidade? Como este ato pode ser melhor desenvolvido e praticado na sua escola?

.....

.....

.....

.....

.....

5- Que atitudes o professor pode praticar em sala de aula com o objetivo de tornar-se referência para o aluno, e desse modo ajudar na construção de um aluno mais crítico e cidadão:

- () garantindo acesso ao conhecimento pelas camadas populares;
- () levando os alunos a interagir, relacionar-se e trocar experiências com pessoas de cultura diferente do que ele convive;
- () fazendo com que seus alunos sejam participativos, e atuantes, não só na escola, mas também na comunidade;
- () não fazendo nada, pois acredita que os alunos já vem com sua personalidade formada e com conceitos prontos.

6- Você estimula seus alunos a Educação para a Cidadania? Em que momento

() a conhecer seus direitos e deveres;

() a participar de movimentos comunitários;

() quando propicia discussões de temas com valores, cultura, ética, educação ambiental, sexualidade, dentre outros;

() ignora por falta de conhecimento a proposta da Educação para a Cidadania.

7- Como a prática pedagógica poderá nortear suas aulas, no desenvolvimento crítico e participativo do aluno?

.....

.....

.....

.....

.....

8- Em sua opinião a construção coletiva de regras na sala de aula permite alcançar que objetivos?

.....

.....

.....

.....

09- De que forma você incentiva o aluno a debater fatos ocorridos na comunidade e temas que envolvam a sociedade em geral? Por quê?

.....

.....

.....

.....

10- Descreva como o Planejamento Político Pedagógico de sua escola está sendo trabalhado no processo de integração : comunidade X escola

.....

.....

.....

.....

.....